

ENTREVISTA

Heleno Manoel Gomes Araújo Filho

Marília Gabriela de Menezes Guedes *

Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga **

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2022.v4i1n8.463-478>



Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, um educador que, a despeito das adversidades conjunturais, é um semeador de sonhos possíveis no contexto da escola pública. Seu testemunho é emocionante. Numa fala vibrante, seu testemunho de vida e pronúncia na busca - esperançosamente crítica - por uma educação de qualidade socialmente referenciada é uma verdadeira aula de cidadania.

A força do professor Heleno Araújo, materializada na liderança de trabalhadores(as) da educação é um legado que pode influenciar a juventude brasileira a se inserir em movimentos de luta por uma educação progressista. A inserção histórica do educador pernambucano na escola pública e seu compromisso com a defesa das classes trabalhadoras é reconhecida pela recondução ao cargo de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da outorga da Condecoração Paulo Freire, concedida pela Universidade Federal de Pernambuco. Heleno Araújo nos ensina que “é possível avançarmos mais ainda, porque nós temos uma construção que ainda não está bem clara para muita gente”.

Entrevista realizada em Recife (PE), em fevereiro de 2022.

Entrevistadoras: Professor Heleno, gostaríamos de saber um pouco da sua história, da trajetória de engajamento nas lutas por uma educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciada, a começar pela garantia de condições dignas de atuação de professores e professoras, que é reconhecida por educadores do Brasil inteiro. O senhor foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de seu estado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, SINTEPE. Foi conduzido e recentemente reconduzido à presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, a CNTE, que é a maior organização dos Trabalhadores de Educação do país. Gostaríamos de saber como o senhor se tornou essa liderança na organização coletiva de professores e professoras no Brasil.

Heleno Araújo: Acho que a decisão de ser professor ocorreu quando eu estava na 8ª série do Ensino Fundamental II no Colégio Estadual Ginásio Pernambucano. Decidi: vou ser professor e trabalhar para isso. Essa decisão foi reforçada depois com um grupo de jovens que nós montamos no Bairro de Artur Lundgren I, na cidade de Paulista/PE, e a partir desse grupo, formamos um grupo de teatro. Acreditando que o teatro também é uma parte importante da nossa formação cidadã, na reflexão política e de atuação. Participando das atividades, busquei minha formação de professor.

Em 1989 comecei a atuar em várias escolas na cidade de Paulista, em diferentes bairros: Mirueira, Jardim Paulista, Artur Lundgren 1 e 2. Em 1993, através do concurso, ingressei na Secretaria de Educação e Esporte de Pernambuco (SEE). Em 1996, estava em uma atividade de formação continuada na SEE, no início do ano, coordenando o processo de formação com os colegas. Nesse momento, tivemos a chegada do diretor do sindicato na formação pedindo um espaço para falar sobre o sindicato. Estávamos numa roda de conversa e o debate foi muito bom. Foi a partir desse debate que me convidaram para participar das reuniões da força política que atua no sindicato, chamada de Articulação Sindical.

Comecei a participar das reuniões aos sábados, em seguida fui convidado para compor a direção do sindicato na chapa que ganhou as eleições em agosto de 1996. Concluí meu período letivo na escola e a partir de janeiro de 1997 fui liberado para o sindicato. Iniciei no SINTEPE como diretor de políticas sociais, onde fiquei durante seis meses. Depois fui transferido para a política de formação sindical, permanecendo durante dois mandatos. Nesse período também ocorreu um processo de atuação junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo convidado para ser secretário geral em substituição ao Professor Horácio Reis que tinha sido indicado como secretário de Educação da cidade de Olinda. Estive como presidente da CUT no Período de 2003 a 2005.

Em 2005, assumi a presidência do SINTEPE substituindo o companheiro Fernando Melo, ficando por três mandatos como presidente. Antes disso, fui vice-presidente durante um ano. Em 2005, também assumi a direção da CNTE na Secretaria de Assuntos Educacionais, permaneci por vários mandatos até 2016. Na CNTE, em 2017, assumi a presidência e com a pandemia ficamos cinco anos na gestão, a gestão era de quatro anos. Agora em janeiro de 2022, fui reeleito para mais quatro anos nessa função.

Essa disposição de trabalho passa por acreditar na educação básica e não querer sair dela. Quando terminei minha formação tive uma conversa com a professora Márcia Ângela e a professora Aída Monteiro que estava na SEE (Secretaria Estadual de Educação) na época. Aconselhavam a fazer o mestrado e “tudo mais”. Eu não queria fazer porque pensava que se fizesse o mestrado e doutorado poderia sair da educação básica e eu não queria. Só tenho a licenciatura. Entrei no mundo sindical pelo convite e por encontrar um espaço de reflexão sobre a situação da educação e da escola pública.

No interior da escola, encontramos algumas dificuldades em reunir, conversar e formar grupos de estudos para pensar nossa atuação. Tínhamos fortes conflitos na escola estadual Custódio de Pessoa e também na rede municipal de educação em Paulista, na escola Gelda Amorim. A cada ano tentávamos nos organizar para pensar, refletir a nossa prática e nossa ação. Sentia que os professores escutavam, mas não conseguíamos encaminhar as atividades. Na direção do sindicato, sentia que discutíamos, conversávamos e encaminhávamos as atividades. Isso me deu força e energia para continuar no sindicato e tentar o máximo possível ajudar nesse processo.

Sou formado em Licenciatura em Ciências, Física e Biológicas com habilitação em biologia, ciências e matemática no ensino fundamental II nos anos finais e biologia no ensino médio pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). É claro que essa parte específica do conteúdo, com esses anos todos, vamos nos distanciando; mas a formação sindical e educacional ganhou muito espaço na minha atuação no sindicato, na CUT e agora também na CNTE.

Quando entrei no sindicato, nas políticas sociais, procurei a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para realizar cursos de extensão onde tivesse a oportunidade de me apropriar de informações, de temas que eu não dominava e não conhecia. Foi preciso ter esse momento de formação continuada para chegar e entender as ações que envolvem essa construção coletiva no sentido de formular e realizar o diálogo com a nossa categoria.

Entrevistadoras: Essa sua atuação justifica muitas homenagens e o reconhecimento de instituições, porque a escola básica precisa de lutadores, de militantes. Nessa direção, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco através da Resolução nº 02/2021 cria a Condecoração Paulo Freire como parte das comemorações do centenário de seu nascimento. A distinção honorífica tem objetivo de “reconhecer e valorizar ações significativas de educadores/as, pesquisadores/as, formuladores/as e gestores/as de políticas educacionais, organizações e instituições educativas e movimentos sociais consonantes com o aprofundamento dos valores democráticos, consubstanciadas na produção de notáveis obras de cunho filosófico, cultural, tecnológico e/ou científico ou por terem prestado relevante serviço à cultura e à educação”. A sua primeira outorga ocorreu no dia 16 de dezembro de 2021 e foi atribuída a cinco instituições e três pessoas físicas. Dentre elas, estava o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo. Professor, qual o significado de ter recebido a outorga da condecoração Paulo Freire?

Heleno Araújo: Tem um significado muito grande, uma alegria, uma honra quando fui informado dessa condecoração e muito emocionado até no dia com o cerimonial ao assinar o documento que me colocava como diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco. Isso mexe com a gente, porque você tem toda uma trajetória dentro da educação básica, na escola pública e ao escutar sobre essa situação que vivemos no país inteiro, que na universidade pública, muitas vezes, não há espaço para quem estuda na escola pública.

Tive toda a minha educação básica na escola pública municipal e estadual. E na hora de entrar na universidade, além de não ter a orientação correta do processo de entrada - às vezes é preciso trabalhar, como foi o meu caso. Então, quando tentei o vestibular para a UFPE, não deu certo. Tive que ir para uma universidade privada, busquei um crédito educativo (na época era dado esse nome), para tentar concluir a graduação e conseguir o diploma, conseguir se formar professor.

Quando entrei no sindicato e no exercício da sala de aula, percebi que havia uma defasagem e comecei a descobrir outros espaços de formação e verificar que há uma cobrança, uma exigência ou um trabalho a mais para ser realizado; Trabalho de Conclusão de Curso, por exemplo. Eu fico pensando que não fui cobrado nada disso para fazer minha formação, fui formado sem ter essa experiência e, claro, perdemos com isso. Então temos que correr atrás para buscar esse processo de formação e a Universidade Federal de Pernambuco me acolheu muito nesse período, oferecendo os

curso de extensão. Ainda cursei algumas disciplinas isoladas da área da filosofia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. Então, o espaço da universidade pública de formação ajuda a trazer elementos que incentivam a leitura, a busca por informações, a preparação para sua atuação profissional. Além, é claro da atividade sindical envolvida com o sindicato docente da universidade, com os professores, com a CNTE, ou seja, todo o trabalho desenvolvido em parceria.

Tem uma história aí colocada, mesmo não tendo sido um aluno da graduação da UFPE, você ser homenageado, ser diplomado é, de fato, uma grande emoção, uma alegria imensa de ter esse reconhecimento desse trabalho que é coletivo, é individual e é coletivo, por representar uma categoria profissional. Essa homenagem serviu ainda mais para incentivar, motivar e para manter essa luta coletiva que tentamos desenvolver a cada dia.

Entrevistadoras: Essa condecoração carrega algo bastante significativo, a condecoração Paulo Freire, Patrono da educação brasileira. Sabemos que o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire traz fundamentos importantes para educação e é eivado das questões que permeiam a formação de professores/as. Então, gostaríamos de conhecer qual a sua compreensão sobre a contribuição de Paulo Freire para as políticas públicas de formação de educadores(as)?

Helena Araújo: São grandes e muitas as contribuições nesse processo. Muitas delas, inclusive, vivenciamos dentro das secretarias municipais e estaduais de educação e sem ter a noção exata de que teve esse embrião no período em que Paulo Freire foi secretário de Educação em São Paulo. Descobrimos no processo. Acredito que toda a mobilização que fizemos durante as comemorações do centenário do nascimento de Paulo Freire, que levou a CNTE também a produzir uma edição especial da revista *Retratos da escola* dedicada ao Paulo Freire, revela o reconhecimento das suas contribuições. Tive a oportunidade de ler toda a revista e percebi elementos que não percebia ao ler os depoimentos das pessoas que estavam com ele na secretaria fazendo o trabalho que pensaram e projetaram no processo de formação dos profissionais de educação. Esses princípios vivenciamos nos dias atuais a partir da dinâmica que utilizamos nas secretarias. Isso revela o legado muito forte de Paulo Freire.

Outra contribuição é a perspectiva da formação cidadã do povo brasileiro. A questão da alfabetização pensada no sentido de garantir a cidadania, no período em que o analfabeto não tinha direito ao voto. Então era preciso alfabetizar para garantir o direito

ao voto e a partir da alfabetização e o direito ao voto, exercer a cidadania. Esse processo estimula as pessoas a buscar mais, porque essa é a sensação ou sentimento ou a característica dos seres humanos. Você avança um pouquinho e quer mais um pouco e vai avançando nesse processo também da formação acadêmica e escolar. E esse incentivo começou com algo muito importante - a formação cidadã do povo brasileiro. Por isso há todo um processo de perseguição que se mantém até hoje à pessoa de Paulo Freire.

Diante da desigualdade social que nós enfrentamos, Paulo Freire afirma que antes de desenvolvermos a caridade era necessário trabalhar pela justiça social. A justiça social garante o direito das pessoas de se alfabetizarem e continuarem seus estudos, a viverem com dignidade. Freire, então, traz elementos muito fortes para o processo da cidadania.

Uma terceira contribuição muito importante do legado de Paulo Freire é a questão do incentivo à participação social. Ele afirmava que era preciso fazer tudo para envolver os que estão no interior e ao redor da escola, para que tenhamos em nossas mãos o rumo democrático do país. Esse elemento está presente quando discutimos já na década dos anos 1980. Eu não estava ainda na rede, mas os companheiros lutavam pelo processo do Fórum em Defesa da Escola Pública para democratização do espaço da escola, quando diziam - queremos eleger Presidente da República e o diretor da escola, queremos incluir a gestão democrática na Constituição Federal. Claro que, para que ocorresse essa inclusão, dependia-se de leis específicas que o próprio Plano Nacional da Educação, em 2014, apontou um prazo de dois anos. Essa lei específica ainda não temos. Isso evidencia a resistência de uma elite que quer manter o domínio sobre o povo evitando a sua efetiva participação social, ou seja, que entre na elaboração das políticas, no debate.

A elite insiste em tentar evitar que a população brasileira entenda que essas políticas, para serem aplicadas, precisam do Estado e o Estado tem que ser cobrado por isso. Então, para não ser cobrado, o Estado mantém o distanciamento do povo nesse processo de acompanhamento das políticas públicas. Paulo Freire trabalhou o tempo todo, desde o momento que pensou a alfabetização, a garantia do exercício da cidadania, o envolvimento para construir, ser sujeito dessa construção, dessa história. Então é um legado muito forte a defesa da participação social.

Nós temos dificuldades dentro da Escola Básica Pública de perceber e fazer a relação ou de desenvolver essas políticas, essas ações anunciadas pensadas e escritas por Paulo Freire. Acredito que isso me levou para dentro do movimento sindical, mesmo sem ter esse conhecimento, no início, que estou colocando agora, porque tudo é um processo de construção. Ao chegar no sindicato, onde podemos participar, contribuir, dar sugestões,

ajudar na formulação das leis, essas experiências nos ensinaram a trabalhar dessa forma participativa.

Não conseguimos ainda chegar no espaço da escola. A escola precisa ter autonomia, não pode aceitar que a Fundação Lemann defina o nosso currículo. Nós é que temos que definir o nosso currículo e isso é importante.

Quando entrei na rede municipal de ensino em Paulista me esfacelaram em três escolas em três bairros diferentes: a escola Gelda Amorim que ficava no bairro Paratibe; a escola Professora Rubenita de Lima Cavalcanti em Arthur Lundgren 2; e a escola Terezinha Camarote em Mirueira. Então eram três escolas da rede municipal em que eu trabalhava 40 horas semanais. Era uma loucura! Você está se deslocando para dar aula em três escolas. Hoje eu considero que foi muito interessante porque mesmo dentro do município de Paulista, em três bairros distintos, você sente a diferença nos estudantes, na forma de atuar, na forma de se desenvolver. A diferença está nesses espaços. Como vamos vivenciar essas diferenças para atender uma demanda que é local, que é necessário ser atendida, mas que você torna isso universal? Como você vai chegar a isso? Então é esse elemento que precisamos refletir mais na escola, compreender e entender e levar adiante essas diferenças.

Quando temos um currículo único que vem de cima para baixo nesses três ambientes, você tem que fazer a mesma coisa, não cabe! Não cai bem porque a recepção é diferente nos locais. Imagina em um país continental como o nosso, de regiões distintas, climas distintos e culturas distintas e querer impor um único currículo ou uma única base comum! O próprio Mendonça Filho falou que com a BNCC, com a lei do Ensino Médio, o Brasil vai ser a mesma coisa de ponta a ponta. Não dá para ser mesma coisa de ponta a ponta! Ser diferente e garantir a sua questão local, a raiz cultural, vai depender também da autonomia das escolas, exercer a posição de sujeito, de construir e de buscar essa realidade, então Paulo Freire deixou também esse legado de construção. Falta ainda um espaço para conseguirmos caminhar dentro do espaço da escola, no espaço sindical conseguimos, mas na escola precisamos avançar ainda.

Entrevistadoras: Professor Heleno, essa sua coerência ao reconhecer a Escola Básica na sua pluralidade é uma característica do seu perfil de liderança. A gente viu isso muito claramente quando assistimos um pronunciamento seu feito na Semana Nacional de Educação Pública da CNTE de 2021. Na ocasião, o Senhor apresentou os temas mais recorrentes no cenário educacional, como a gestão democrática e o financiamento da educação. Além disso, o senhor

indicava outros assuntos pulsantes na realidade brasileira, hoje, como a reforma administrativa e a educação domiciliar que careciam ser debatidos amplamente, convidando os(as) participantes a assumirem uma tomada de posição crítica frente a um conjunto de iniciativas que aviltam a classe trabalhadora brasileira. Nessa direção, Professor, a gente gostaria que o senhor falasse sobre as iniciativas que a CNTE vem articulando para fomentar políticas de formação crítico-dialógicas para professores(as) da educação básica.

Heleno Araújo: Acho que é importante destacar que quando a CNTE foi criada, em 1990, ela já nasceu filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), porque quando a CUT surgiu, lá em 1983, foi na perspectiva de um novo sindicalismo, um sindicalismo cidadão, que traz a luta direta em defesa da classe trabalhadora, mas traz uma perspectiva também de sociedade que atenda as demandas sociais e que garanta que o trabalhador viva com dignidade. Então, isso eu considero importante porque mesmo sendo uma confederação de trabalhadores e trabalhadoras em educação, nós não nos pautamos apenas em uma reivindicação corporativa. Não é só o item da valorização dos profissionais de educação, não. Nós trabalhamos com a questão do direito à educação, saímos em defesa dos serviços públicos, considerando como elemento importante o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público, como está escrito na Constituição.

Trabalhamos a questão do acesso aos nossos estudantes, da permanência e conclusão da educação básica. Esses aspectos são importantes desde o princípio da nossa atuação dentro da Semana que nós realizamos em defesa e promoção da educação pública. Ao todo, já realizamos 22 semanas, em 22 anos desses 30 e poucos anos que a CNTE vem promovendo reflexões, por meio do debate com a sociedade.

Nós precisamos defender o direito à educação para todas as pessoas, de termos uma escola que atenda a demanda social a partir do local onde ela está inserida e ter seus profissionais valorizados. Então, além dos indicadores da valorização que é a questão de, no caso da escola pública, o ingresso por concurso público, salário digno do piso salarial do magistério, a carreira, as condições de trabalho, a gestão democrática que faz parte desse processo, nós também atuamos na luta pelo direito à educação. Por isso é importante integrar a Campanha Nacional pelo Direito à Educação com a Internacional da Educação, ampliando a luta ampla nesse processo.

Nesse caminhar, nós estivemos no ano passado, por exemplo, em grandes mobilizações que foram quase 15 semanas sequenciadas de atos em Brasília para evitar a aprovação

da PEC 32 que trata da Reforma Administrativa, por entendermos que ela destrói toda a perspectiva de serviços públicos, uma vez que ela acaba com estabilidade, com o concurso público. Ela entrega todos os serviços públicos, inclusive a educação, ao setor privado, através das organizações sociais privadas ou de gestões privadas, como o Programa Escola Militarizada, por exemplo, que volta a fazer cobrança de mensalidade, dita voluntária, como as taxas escolares. Tivemos várias denúncias de que o aluno estava proibido de se matricular no ano seguinte, porque a família estava devendo a taxa escolar. Diante de todo esse processo de mercantilização, de privatização que tentam colocar para dentro da escola pública, nós fazemos esse enfrentamento.

Nesse sentido, nós iniciamos essa nova gestão já projetando esse debate, ou seja, fazer uma campanha para que aconteça concurso público nos estados e municípios para substituir o alto índice de contratos temporários que nós temos e de terceirização que está sendo aplicada nos serviços públicos. A terceirização foi um elemento muito forte, porque em 2016, com o golpe, além de aprovar a reforma trabalhista, aprovar a terceirização irrestrita, esse modelo neoliberal do Estado mínimo deu passos para entregar a escola pública ao setor privado.

A luta contra a privatização do espaço público vai além da forma como somos vistos pelos nossos opositores: o pessoal do movimento sindical é sempre do contra. Somos contra a reforma trabalhista, somos contra a terceirização, somos contra a PEC 32, mas não é verdade que só somos contra. Nós temos propostas concretas e elaboramos propostas. Por exemplo, quando o Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014, nós tínhamos o prazo de, até 2016, para que o governo federal enviasse um projeto de lei sobre o piso para os profissionais de educação, não só para o magistério, e um projeto de lei sobre as diretrizes de carreira.

Nós tomamos a iniciativa de fazer uma minuta de projeto de lei do piso para os profissionais da educação e de Projeto de Lei de Diretrizes de carreira para que com essa minuta viéssemos a provocar o debate no Congresso Nacional e pressionar o Governo Federal para enviar projeto de lei. Nós sabemos que não pode ser iniciativa do parlamentar, que se for iniciativa do parlamentar ele perde o objeto quanto à Constituição Federal. Então tem que ser projeto de iniciativa do Governo Federal. A gente tinha que pensar um movimento para pressionar, então isso é uma prova de que nós formulamos, nós também apresentamos propostas, ou seja, somos contra, mas temos propostas para fazer diferente. Essa participação da CNTE se deu de forma integrada quando nós estávamos na coordenação junto com mais 49 entidades na CONAE de 2010 e depois na CONAE de 2014, o que nos levou a coordenar o Fórum

Nacional de Educação, que deveria se prolongar com a coordenação de 2018, sendo interrompida em 2017.

Basta pegar o documento final da CONAE 2010 e o Plano Nacional de Educação para perceber que das 20 metas que nós conquistamos na lei do plano, 17 têm as nossas digitais, possuem reivindicações históricas que nós colocamos lá para a categoria discutir, debater. Lá no Plano está colocado para que, até 2024, isso pudesse ser consolidado, mas aí o golpe 2016 e a Emenda 95 estão impedindo a aplicação dessas políticas que são formulações que nós ajudamos a construir. No documento referência da CONAE 2009, a CNTE orientou para que todos os nossos sindicatos levassem para dentro da escola esse documento para que nossos companheiros pudessem lê-lo, contribuir para que os delegados que fossem tirados para a Conferência Municipal já saíssem da escola com a discussão coletiva e sabendo o que iria defender lá, que não era só ele que ia fazer defesa da proposta, mas iria chegar lá respaldado de uma reunião anterior onde os colegas iam dizer “Olha, isso aqui é importante!. Isso aqui não é!. Isso aqui que tem que ser mudado!. Aqui tem que ser alterada e propor isso aqui!”.

O documento final é um retrato daquilo que, de fato, nós fazemos no local de trabalho da Conferência de Educação Básica Profissional e Superior, onde nós da educação básica conseguimos apresentar propostas e muitas delas contempladas nessas 17 metas que conseguimos contribuir. Então, esse trabalho que a CNTE desenvolve e que, pra esse ano continua nesse ritmo, além de fazer campanhas pelo concurso público, vão fazer campanha também pelos 10 anos da luta pela profissionalização dos funcionários da educação, do porteiro à merendeira, os servidores administrativos, pois nós somos uma confederação unificada.

Antes de 1990 éramos associações separadas, unificamos por entendermos que desde o porteiro da escola, que tem que ser profissionalizado, tem que ser um profissional de educação, pois é desde ele que inicia um processo de formação cidadã dos nossos estudantes. Ele tem um papel importante nisso, a merendeira também, o pessoal do serviço de limpeza tem um papel importante, os administrativos da secretaria também e não só os professores. Os professores têm sua importância nesse processo de formação, mas esse coletivo que atua dentro da escola pública é quem tem essa tarefa conjunta na formação cidadã dos estudantes. Então, a CNTE fazer essa junção na Campanha de Valorização foi importante porque em 1996 com a LDB 9394/96, só se falava do profissional de magistério. A visibilidade dos demais profissionais só aconteceu em 2009 com a Lei 12.014 que já foi fruto de uma regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação (FUNDEB), que nós conquistamos em 2007. O FUNDEB passou a ter recursos para toda a educação básica em suas modalidades, mas também a valorização dos profissionais da educação, não só do magistério. São conquistas que tem uma contribuição da CNTE nessas formulações.

Entrevistadoras: Professor Heleno, o movimento da CNTE à frente da denúncia das ações e projetos que desqualificam a educação brasileira e o anúncio de que existe, sim, a possibilidade de construirmos uma educação de qualidade que alcance todos(as) os(as) brasileiros e brasileiras revela vigor e compromisso com as vontades coletivas e com uma sociedade pautada na ética do bem. Nessa direção, nós ouvimos reiteradas vezes o professor Heleno argumentar que a escola pública é o espaço institucional da formação cidadã e socialização do povo brasileiro. Diante de incontestáveis retrocessos vividos pela educação brasileira, nos últimos anos, como a escola pode se constituir espaço e tempo de resistência e esperança na perspectiva freireana?

Heleno Araújo: Na gestão passada, à frente da CNTE, nós trabalhamos com cinco eixos de ações para a gestão. O primeiro que nós colocamos foi o fortalecimento da escola pública. Nós tentamos, claro que na direção da CNTE nós não atuamos diretamente dentro da escola, a nossa atuação se dá junto com os sindicatos e todo o processo de formação e com dirigentes sindicais e também para apontar políticas a serem desenvolvidas nos estados e municípios, a partir das leis nacionais, como a Lei do Piso, a própria Lei Nacional da Educação e a nossa luta pela Lei das Diretrizes de Carreira, que baliza o trabalho dos municípios. Mas, aí colocamos como eixo essa questão de fortalecimento para trabalhar o processo de formação e estimular os nossos dirigentes das entidades filiadas a se aproximarem da escola, na perspectiva desse legado de Paulo Freire, ou seja, você fazer do espaço da escola o espaço de resistência.

Sempre coloco nos debates, a partir desse eixo, dizendo aos colegas dirigentes sindicais que isso não acontece só com a gente chamando, convocando ou dizendo “faz assim” [sinal de estalar de dedos], Ouvimos muito frases, como “Ah, mas o povo não quer participar. O povo não se envolve. A gente chama e não vem para as atividades”. Argumentamos que não é só chamar e não vir. Você tem que se sentir envolvido nisso e tem que ter um processo de formação nessa linha. Então, nós precisamos, de fato, repensar o trabalho, por exemplo, com os conselhos de classe. Eu digo sempre para o pessoal que eu estou à disposição do movimento sindical há alguns anos e não estou diretamente na escola, mas quando eu estava na escola, eu não sei se continua assim,

perguntava: “tem conselho de classe?” Os colegas diziam: “tem”. Eu questionava: “tá bom, mas os estudantes, representantes de turma participam do Conselho de Classe? A resposta era não. Esse é um ponto que quando eu estava na escola insistia, ficava brigando com os colegas: ‘Gente, como é que nós vamos nos reunir enquanto professores de uma determinada turma, vamos avaliar o grupo de estudantes de forma coletiva, mas qual o espaço que a turma tem para nos avaliar coletivamente o nosso trabalho, de modo que o representante de turma possa dizer qual a visão dos estudantes sobre esse coletivo de professores naquela turma?!’”. Então, eu insistia muito, até porque, buscando leituras e sabendo dessa participação, vejo que nós precisamos de ações como a que infelizmente parou de acontecer, pois a última ação que eu tive foi no Congresso do SINPROJA em Jabotão dos Guararapes. Refiro-me à escolha do representante de turmas. Ter o representante e o vice é uma maneira de contrapor a pressão liberal que chegou às escolas no formato de bônus e prêmios que o diretor recebe ao alcançar metas que vêm de cima para baixo.

Caberia investirmos em movimentos do tipo: "Olha vamos dedicar uma aula, duas aulas para que os alunos se reúnam só entre eles para que eles conversem sobre nós e tragam a posição deles." Se você fizer isso dentro da escola não pode, tem que ter aula, o aluno tem que estar na sala de aula, não pode estar perdendo aula. Gente, isso é exercício da cidadania; é colocar para quem foi escolhido representante de turma que ele precisa de um tempo para conversar com o grupo sobre nós e sobre a escola, de modo que eles tenham uma posição, para que o representante, no momento em que for chamado para uma conversa no conselho de classe, não leve sua posição individual, mas o sentimento da turma como um todo. Quando estava na escola Teresinha Camarote, nós conseguimos, em alguns momentos, trazer os alunos, mas o combinado era o seguinte: “eles vêm pro Conselho, eles falam e depois eles saem. Quando eles saírem, a gente fala deles”, ou seja, típico do que diz o Ariano Suassuna: você deixa sair para falar mal, por trás. Nessa linha, não vamos falar mal pela frente porque pega mal. E aí eu digo: tudo bem, pelo menos é o começo, porque como o estudante não participava de nada, pelo menos é um começo. O aluno vem e pode expressar o sentimento da turma.

É muito difícil cuidar do processo de formação dos estudantes e eu sentia muito isso na Escola Gelda Amorim, pois haviam uns alunos do 5º e 6º anos que tinham dificuldade de escrever seu nome, dificuldade na leitura, e aí ficavam no limite ou não passavam em Ciências, mas em Português passavam com 10. Aí eu questionava minha colega de turma: “como pode ele ter passado com essa nota tão alta? Ele teve dificuldade de leitura, na escrita. Se você dá uma nota 10 para ele, ele acha que está bem e vai continuar sem se esforçar para melhorar”.

Então, por fazer esse debate se cria um clima entre nós complicado, do tipo: “Ih! Lá vem o defensor dos estudantes”. Eu não estou na defesa dos estudantes, é o que a gente está fazendo aqui nesse processo, e se você tiver o estudante participando do Conselho de Classe, ele vai falar isso diretamente, vai fazer as pontes para que você possa refletir em cima disso. Então, a gente está colocando muito a importância de trazer os estudantes para o Conselho de Classe, verificar se o Conselho Escolar, de fato, atua e se os seus representantes são indicados por seus segmentos - se são os pais que escolhem pais que os representem, se são os professores que escolhem professores para apresentar suas posições, se são os funcionários que escolhem quem os representem, se a representação dos estudantes é escolhida pelos estudantes. Afinal, como é que se dá essa representação? Em uma das escolas onde sou lotado, era a diretora da escola quem indicava. Tinha uma merendeira, por exemplo, que me chamou e disse: “professor, a diretora quer que eu assine um documento que diz que eu faço parte do Conselho Escolar e eu nem sabia disso. O que eu faço? Assino?” E aí eu dava uma orientação, mas é uma coisa absurda.

Então, como fortalecer a escola? Como trabalhar os instrumentos que nós conquistamos nas aprovações de leis? A Lei do Conselho Escolar de Pernambuco é do tempo do governador Joaquim Francisco, do ano de 1992, 1993, que ainda não é aplicada. Para trabalhar no Conselho Escolar é preciso elaborar a minuta de Projeto Político Pedagógico da escola e aprová-la em assembleia escolar, ter grêmio estudantil, ter associação de pais e mães por escola pra se organizar na associação municipal e não estadual, porque a estadual existe, a nacional existe, mas no município não. Como uma organização que é uma associação de pais e mães dos estudantes do Estado consegue agregar diretamente os pais e mães de todos os alunos do Estado? Não tem como, pois se ela é estadual deveria agregar associações municipais de pais formadas pelas associações da cada escola. Assim, teríamos uma organização dos segmentos, de modo que eles se sentissem efetivamente participantes do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Até hoje, as reuniões de pais e mestres continuam sendo realizadas para chamar os pais e responsáveis para reclamar dos filhos, sendo que aqueles que precisam ouvir mais reclamação não aparecem. Ou seja, você traz as pessoas para informar, pra reclamar, pra pedir ajuda, mas não traz para elaborar pra pensar esse processo.

Então, o fortalecimento da escola com essa participação social é um legado de Paulo Freire que nos ensina a envolver todos que estão lá dentro dessa construção, além do processo de avaliação interna. Como é que nós aceitamos ser avaliados externamente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem avaliar os

nossos alunos no Ensino Médio, vem lá de fora da economia, avaliar nossos alunos? Por que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é a Prova Brasil, que é pensada em Brasília, vem avaliar aqui nossos alunos? Qual o espaço que a escola vai ter para fazer sua autoavaliação? Para fazer a autoavaliação também tem que acontecer como exercício. Então, quando o Eduardo Campos voltou ao poder, ele desmanchou o que tinha sido feito na gestão do PSB com o Miguel Arraes, na ocasião em que foi realizada a avaliação diagnóstica. Na época, a categoria não entendia, mas é o que nós defendemos. A categoria fazia um caderno paralelo, onde era registrado o desempenho construído e transformava em nota no caderno para, depois, botar as letrinhas lá. Claro que como a mudança foi feita muito rápido, sem uma formação, um debate, terminou prejudicando a adesão dos professores e, quando Eduardo Campos voltou, essa formação e essa avaliação diagnóstica revelaram que Pernambuco estava no vigésimo quarto lugar no IDEB e ele queria ser primeiro lugar no IDEB. Então ele acabou com a avaliação diagnóstica, voltando para as notas e exigindo cinco notas, a cada dois meses.

Nesse processo de nota, a pergunta que eu fazia para os colegas era a seguinte: “dessas cinco notas que a gente tem que fazer, inclui autoavaliação dos estudantes? Você considera a autoavaliação?” E aí o pessoal respondia que não. Eu continuava questionando: “mas, por que não faz isso? Porque se o aluno sabe que tem que fazer cinco notas e uma delas é a autoavaliação, claro que ele não vai só dar a nota. Ele vai ter que dizer qual a nota e justificá-la. No momento em que você dá uma nota para si mesmo e a justifica, isso vai levar à reflexão, ao pensamento, ao desenvolvimento das ideias, à sinceridade, à transparência. Claro que cabe ao professor aceitar no primeiro momento, mas ele pode iniciar um debate, um processo de reflexão para que o aluno entenda a importância da avaliação e da autoavaliação e fazer um exercício dentro da sala de aula com o estudante, sendo um exercício que pode ser seguido para a avaliação da escola. A escola terminou o ano, conseguiu alcançar as metas, objetivos do seu Projeto Político Pedagógico ou vamos ficar só à mercê do que o IDEB quer impor para a gente? Qual nota no IDEB? Se conseguiu atingir um perfil tem bônus, tem prêmios e aí vamos brigando entre nós e discutindo. Isso é terrível!

Quando estava no SINTEPE, no primeiro dia de aula, a gente ia para a escola realizar a formação dentro da escola. A última que eu fui, eu saí de lá chateado, assim, impressionado, porque estava naquele do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) que veio parar aqui com o Eduardo Campos para fazer aquelas metas e objetivos e havia um questionário com perguntas repetidas que tinham que ser respondidas - luz vermelha, amarela, verde -, aquele negócio todo, e a pontuação que a

escola iria ter para poder ter o IDEB. Entre os critérios constava a tarefa do aluno em casa - que eu não sei como é que acompanhavam isso direito - e o outro era a gravidez na adolescência. Então, se na escola não houve uma gravidez, teria mais pontos. Eu sei que teve dois casos de gravidez naquele ano, duas adolescentes, só que o professor levantou e falou o seguinte: “pera aí, mas a fulana, a segunda, ela foi transferida. Quando chegou aqui já estava grávida”. Aí eu pensei: “Meu Deus, eu não quero ouvir o que vem depois disso” e veio alguém falar: “Será que não dá pra gente cancelar, devolver essa transferência?”. Eu digo: “gente, que coisa absurda! Se eu tenho uma a menos, pelo menos, eu aumento meu pontinho para alcançar a meta e ter meu bônus”. Então, você devolver e tirar de vez. Veja a situação que foi essa que eu presenciei. Eu conto isso por aí fora porque eu estava na reunião, eu ouvi meus colegas fazendo isso, que é fruto da falta de fortalecimento no espaço da escola. Falta saber: o que é que a escola quer para a escola? A escola Custódio Pessoa, dentro de Paratibe, qual o seu papel, qual a sua função social para o povo de Paratibe?

Eu tive a oportunidade de estar no Osmar Novaes que tem Ensino Médio e estava na escola privada da igreja com escola paroquial, todos com terceiro ano do Ensino Médio concluído. E aí eu comecei a me preocupar quando terminar o terceiro ano, para onde iria essa juventude? Comecei a fazer esse levantamento, por minha conta. Então, você tem uma turma de terceiro ano, lá no Osmar Novaes, uma turma lá do Paroquial, uma turma que se somasse dava em torno de 80 a 100 estudantes, dentre os quais apenas 2 (dois) tentavam o vestibular. Os outros não faziam nada, a gente os encontrava como caixa de supermercado, dirigindo *kombi* dentro de Paulista, assim, sem nenhuma perspectiva dessa juventude ter uma formação profissional e nem dar continuidade aos seus estudos. Então, a questão que eu deixava para os colegas era a seguinte: “O que é que a gente quer com essa nossa juventude? O que é que a gente pode fazer com essa juventude para que, dentro de Paulista, a gente possa resgatar o município, para que ele não seja considerado município dormitório? Simplesmente, vou para trabalhar em Recife e durmo aqui em Paulista. Vou trabalhar em outro canto e aqui dentro a gente fica nas alternativas que tem aí, porque você pensar qual o potencial econômico que tem o município paulista? Como você pode potencializar?”. Afinal, a cidade tem uma capacidade turística muito grande que não é potencializada e que não se utiliza nada para se pensar sobre isso.

Então, é isso tudo que falta à escola, que é poder pensar e, até, sugerir dentro dela: Como é que nós podemos interagir para que o nosso bairro aqui possa ter uma condição de vida melhor, em termos de saneamento básico, de saúde e tudo mais, com a nossa contribuição, com a escola interagindo com a comunidade e garantir as condições? Eu

acho que isso é o elemento que Paulo Freire nos deixou e, quando eu falei no início que nós ainda não conseguimos desenvolver no espaço da escola, é claro que isso passa também pela dificuldade da nossa formação inicial, pois boa parte de nós que estamos na escola pública fomos formados nas escolas privadas na forma que eu fui lá FUNESE; embora eu tenha corrido atrás depois e muitas vezes alguém não quer correr atrás. “Conseguiu emprego, conseguiu concurso ou foi indicado e se acomoda ali e não corre atrás para pensar essas questões”.

Recebido em: 23 abr. 2022.
Aprovado em: 23 abr. 2022.

*** Marília Gabriela de Menezes Guedes**

Possui graduação em Licenciatura em Química e Mestrado em Ensino das Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora da Cátedra Paulo Freire da UFPE.

E-mail: mariliagabrielaufpe@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4198-5390>.

**** Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga**

Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Pernambuco, e Pós-doutora em Currículo pela PUC/SP. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Faz parte do Centro Paulo Freire - estudos e pesquisas e da Cátedra Paulo Freire, sediados na UFPE. Integra a Rede Freireana de Pesquisadores.

E-mail: margaretesamp@yahoo.com.br
